

**Lorrana Laila Silva de Almeida**

Universidade Federal de Uberlândia

(UFU, Brasil)

lorrana@ufu.br

**Alessandro Gomes Enoque**

Universidade Federal de Uberlândia

(UFU, Brasil)

alessandroenoque@gmail.com

**Alex Fernando Borges**

Universidade Federal de Uberlândia

(UFU, Brasil)

alexborges@ufu.br

## **“POR TRÁS DOS MUROS...”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA**

### **"BEHIND THE WALLS...": GENDER SOCIAL REPRESENTATIONS OF PRISON SECURITY OFFICERS**

---

#### **RESUMO**

A presença da mulher no setor de segurança pública e, mais especificamente, na profissão de agente penitenciária ainda encontra algumas barreiras, apresentando questionamentos quanto à sua atuação. Assim, com base no contexto acima descrito, este trabalho tem por objetivo analisar como se configuram as representações sociais de gênero entre agentes penitenciários em um presídio localizado em uma cidade na região do Triângulo Mineiro. Para tanto, foram realizadas, a partir da abordagem qualitativa de investigação, seis entrevistas com mulheres que atuam na profissão de agente penitenciária e seis entrevistas com agentes penitenciários do sexo masculino do mesmo sistema prisional. Por se tratar de uma pesquisa sobre um tipo de organização pouco conhecido, sua importância científica e social justifica-se por tornar possível o desvelamento das representações sociais de gênero, especificamente em um espaço pouco explorado, como é, neste caso, o trabalho em sistema prisional.

**Palavras-chave:** Representações sociais. Gênero. Trabalho. Prisão.

---

#### **ABSTRACT**

The presence of women in the public safety sector and, more specifically, in the profession of correctional officer still faces some barriers, with questions about their performance. So based on the above context, this paper aims to examine how to configure the social representations of gender among correctional officers in a prison located in a city of the Triângulo Mineiro region. Therefore, there were, from the qualitative research approach, six interviews with women working in the profession of prison guard, six interviews with correctional officers males of the same prison. Because it is a survey of some kind of little-known organization, scientific and social importance is justified by making it possible to unveil the social representations of gender, specifically in a little explored space, as in this case, work in the prison system.

**Keywords:** Social Representation. Gender. Work. Prison.

**Universidade Federal do Espírito Santo**

**Endereço**

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras  
29.075-910, Vitória-ES  
gestaoeconexoes@gmail.com  
gestaoeconexoes@ccje.ufes.br  
<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm>

**Coordenação**

Programa de Pós-Graduação em Administração  
(PPGADM/CCJE/UFES)

**Artigo**

Recebido em: 31/10/2016  
Aceito em: 28/12/2017  
Publicado em: 18/06/2018

## 1. INTRODUÇÃO

No decorrer dos últimos anos, a participação da mulher no mercado de trabalho vem apresentando aumentos significativos, retratando as mudanças ocorridas na sociedade. Conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de o homem ainda representar maior percentual da população ocupada no mercado de trabalho, o crescimento da participação da mulher em população ocupada também tem demonstrado um aumento considerável nestes últimos tempos (BRASIL, 2012a). No entanto, apesar deste fator positivo e da crescente participação do público feminino, a mulher ainda encontra alguns desafios em sua inserção no mercado. Mesmo sendo capaz de superar as limitações impostas a ela pela antiga sociedade, a mulher do século XXI ainda se depara com a existência de setores predominantemente masculinos.

Um dos setores em que essas disparidades podem ser vistas claramente é o setor de segurança pública. Com efeito, a própria distribuição de postos de trabalho ofertados neste setor pode ser considerada um indicativo da discriminação à atuação da mulher nessa área. Tal fato pode ser observado em diversos concursos públicos para carreiras militares no estado de Minas Gerais, chegando ao ponto de haver, em alguns casos, menos de 5 % das vagas destinadas a mulheres (MINAS GERAIS, 2012; MINAS GERAIS, 2013a; MINAS GERAIS, 2014). No caso específico dos concursos para agente penitenciário, a desigualdade em relação ao número de vagas ofertadas para homens e mulheres também se faz presente. No concurso público para provimento de cargos da carreira de Agente de Segurança Penitenciário do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado e Defesa Social, das 3.535 vagas ofertadas, 3.085 eram destinadas somente ao gênero masculino, enquanto que, para o público feminino, destinavam-se apenas 450 vagas, demonstrando, mais uma vez, a desigualdade e a disparidade existente no tratamento entre homens e mulheres (MINAS GERAIS, 2013b).

Dessa forma, a presença da mulher no setor de segurança pública e, mais especificamente, na profissão de agente penitenciário ainda encontra algumas barreiras. Com efeito, a própria profissão apresenta especificidades que ora limitam, ora inibem a atuação da mulher nesse contexto, através da imposição de regras de vestimenta, de comportamento, de postura e de interação social no ambiente de trabalho. Ao mesmo tempo, as instituições do setor, influenciadas historicamente por culturas e características militares, abrem pouco espaço à participação da mulher, relegando-a a um segundo plano, tanto do ponto de vista do trabalho como do ponto de vista da ocupação profissional. Portanto, observam-se questionamentos pertinentes em relação à presença feminina no sistema prisional. Cumpre destacar, ainda, que as prisões, enquanto

organizações e objetos de estudo, são pouco exploradas no âmbito dos estudos organizacionais brasileiros (CABRAL, 2007; CABRAL; ARAÚJO, 2010; CABRAL; LAZZARINI, 2010; SILVA, SARAIVA, 2013), demandando assim a produção de investigações para a compreensão de suas problemáticas e particularidades, seja do ponto de vista administrativo, seja do ponto de vista das relações de trabalho que se estruturam nesse espaço organizacional.

Assim, com base no contexto acima descrito, este trabalho tem por objetivo analisar como se configuram as representações sociais de gênero entre agentes penitenciários em um presídio localizado em uma cidade na região do Triângulo Mineiro. Por se tratar de um estudo em um ambiente de trabalho em que não há muitas pesquisas realizadas, sua importância científica e social justifica-se por tornar possível o entendimento das representações sociais de gênero, especificamente em um espaço pouco explorado, como é, neste caso, o trabalho prisional.

O artigo será organizado como segue. Primeiro, serão apresentados os fundamentos teóricos da concepção de representações sociais, recuperando conceitos e perspectivas que demarcam a referida abordagem, bem como o seu uso nos estudos organizacionais. Segundo, serão recuperadas evidências teóricas sobre a temática de gênero, destacando suas implicações para o mercado de trabalho e para o campo organizacional. Terceiro, serão apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, dando destaque à sua delimitação enquanto investigação de natureza qualitativa, ao desenho e operacionalização do processo de coleta de dados, assim como à exposição da técnica de análise do material empírico coletado. Quarto, serão analisados e discutidos os resultados da pesquisa, tomando como base as falas dos sujeitos entrevistados e o quadro teórico de referência do estudo. Por fim, serão apresentadas algumas considerações finais acerca do trabalho, ressaltando algumas de suas conclusões, implicações, limitações e sugestões de estudos futuros sobre o tema abordado no texto.

## **2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

A concepção das representações sociais tem passado por um processo de crescimento e expansão, deixando de ser uma abordagem restrita à psicologia social na medida em que alcança diversos campos de estudos e áreas do conhecimento, incluindo aí a ocupação de um espaço relevante na produção científica em estudos organizacionais no Brasil (MARTINS-SILVA et al., 2016). Com efeito, a temática tem sido utilizada pelos pesquisadores da área para a averiguação de diferentes problemáticas, tais como aspectos ligados às representações do consumo (FARIA; CASOTTI, 2014; MORAES; ABREU, 2017;

PESSÔA; BARROS; COSTA, 2017), às representações da espacialidade e territorialidade (FIGUEIREDO; CAVEDON; SILVA, 2013; SERRATE; FANTINEL, 2014; COLARES; SARAIVA, 2016; FREITAS; OLIVEIRA, 2017), às representações da religião no espaço organizacional (ENOQUE; BORGES; BORGES, 2014; ENOQUE; BORGES; BORGES, 2015), às representações familiares (WAIANDT; DAVEL, 2008; WAIANDT; JUNQUILHO, 2012; LESCURA et al., 2012), entre várias outras possibilidades.

Entre essas possibilidades, e de modo mais específico, há também estudos sobre as representações das relações de trabalho (DINIZ; CARRIERI; BARROS, 2013; SALLES; COSTA, 2013; CAVEDON, 2014; CAMPOS; SARAIVA, 2014; SARAIVA; SOARES; NATT, 2016) e as representações de gênero (CAPPELLE et al., 2002; MELO et al., 2004; CAPPELLE; CRAMER; PAULA NETO, 2001; CRAMER et al., 2012; ECCEL; SARAIVA; CARRIERI, 2015; MONTEIRO; AGOSTINHO; DANIEL, 2015; MARTINS et al., 2017). Trata-se, portanto, de temas que se aproximam daqueles que são abordados no presente artigo, sendo utilizados como pano de fundo para a construção deste quadro teórico e para a própria realização da pesquisa. De fato, essas temáticas apresentam conversações importantes, lançando luzes sobre problemáticas que se fazem presentes no mercado de trabalho e que se manifestam de modo completo nos mais diversos tipos de organizações. Tem-se, neste cenário, um desafio de teorização e de construção de conhecimento, ao aliar aportes teóricos a fenômenos que são revestidos por elementos que tornam ainda mais complexas as relações de trabalho, como as questões de gênero e as especificidades do sistema prisional, merecendo ser objeto de maiores aprofundamentos.

De acordo com Sá (1993, p. 19), "o termo *Representações Sociais* designa tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los, identificando um vasto campo de estudos psicossociológicos". Para Arruda (2002), o conceito de representações sociais está ligado à sociologia, estando também presente no campo da antropologia e na história das mentalidades. Martins-Silva e outros (2016) destacam que a teoria das representações sociais, da forma como proposta por Moscovici, se configura como uma abordagem inovadora em relação à psicologia social tradicional da época, uma vez que permite a apreensão de comportamentos individuais e fenômenos sociais de acordo com seu contexto histórico, sem desconsiderar os conteúdos desses mesmos fenômenos sociais. Contudo, corroborando com o caráter multidisciplinar defendido por outros pesquisadores, Martins-Silva e colaboradores (2016) reiteram que o estudo das representações sociais permite a articulação da psicologia social com outras áreas do conhecimento no âmbito das ciências humanas e sociais, incluindo aí as próprias ciências sociais aplicadas, como a administração.

Na visão apresentada por Moscovici (2009), ao ter como base a realidade dos fatos e acontecimentos, as representações englobam tudo aquilo que os indivíduos possuem, ou seja, tudo a que os sistemas perceptivos dos indivíduos, como os cognitivos, estão acertados. Tudo aquilo que os rodeia, que os cerca, passa a ser e fazer parte de seus entendimentos do mundo e perspectivas, retratando e, ao mesmo tempo, criando novas percepções de representações sociais. Outra definição apresentada por Jodelet (1989, apud SÁ, 1993, p. 32) é a de que as representações sociais são entendidas “[...] como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Ainda de acordo com Moscovici (2009), como indivíduos comuns, sempre tendemos a fazer uma análise e considerar as ocorrências do mundo de maneira similar, principalmente quando se trata de um mundo literalmente social. Contudo, a teoria das representações sociais deve ser caracterizada como uma área de estudos sobre a criação da realidade. Nesse sentido, essa realidade social é concebida somente no momento em que o novo ou o não familiar é agrupado a esferas consensuais. Assim, iniciam-se os processos de familiaridade, em que o indivíduo passa a ser considerado da família, tornando-se conhecido no âmbito social e real (SÁ, 1993). Por sua vez, essa esfera consensual refere-se à esfera que é fundamentada no diálogo informal e na vivência do dia a dia de cada indivíduo (ARRUDA, 2002).

Martins-Silva e outros (2016) argumentam que, de acordo com a noção defendida por Moscovici em sua obra inovadora, existem dois conceitos centrais que se dinamizam como processos formadores de representações sociais. De um lado, um dos mecanismos de formação das representações sociais destacado por Sá (1993) é a ancoragem, a qual “[...] consiste na integração cognitiva do objeto representado – sejam ideias, acontecimentos, pessoas, relações, etc. – a um sistema de pensamento social preexistente e nas transformações implicadas” (SÁ, 1993, p. 37). Em outros termos, de acordo com Martins-Silva e outros (2016), o processo de ancoragem tem a função de dar sentido a um objeto inserido em um dado contexto, isto é, “ancorando” ideias estranhas em uma imagem ou categorias com proximidade e familiaridade ao contexto do indivíduo. Assim, a ancoragem permite ao indivíduo estabelecer uma relação entre o objeto da representação e um quadro de referência que permite a denominação, categorização e classificação em torno desse mesmo objeto.

De outro lado, outro método ligado à formação das representações sociais é a objetivação, a qual se constitui em uma atividade que engloba o imaginário e o estrutural, levando a uma conformação, ou figura, característica ao conhecimento sobre o objeto (SÁ, 1993). Para Martins-Silva e outros (2016), a objetivação visa dar materialidade a um objeto

abstrato, ou seja, tornar mais concreto aquilo que é abstrato, possibilitando assim a compreensão de como um determinado conceito ou fenômeno passa a adquirir materialidade. No processo de objetivação, um conjunto de informações é privilegiado em detrimento de outros, fazendo com que o indivíduo possa simplificar essas informações e dissociá-las de seu contexto original, traduzindo-as ao contexto do conhecimento imagético de si próprio ou de seu grupo. Logo, esse processo permite ao sujeito, a partir de dadas concepções que lhe são familiares, transformar o abstrato e complexo em uma imagem concreta e inteligível, proporcionando ao indivíduo a compreensão e a construção da realidade à sua volta (MARTINS-SILVA et al., 2016).

Em suma, os processos de objetivação e de ancoragem são responsáveis por transformar o não familiar em familiar. Para isso, transferem determinado objeto para a esfera particular do sujeito, de forma que o indivíduo possa interpretá-lo e compará-lo; e, em seguida, possibilitam que o indivíduo reproduza tal objeto como algo que possa ver, tocar e controlar (MARTINS-SILVA et al., 2016). A partir desse contexto, verifica-se que as representações sociais são fundamentais, tanto na compreensão de objetos como sendo uma maneira onde o indivíduo, só ou em conjunto, passa a ter a competência de elucidar, uma incumbência de identidade, a qual é vista como uma forma das representações expressarem relevância simbólica (MOSCOVICI, 2009).

Diante do exposto, verifica-se o potencial oferecido pelo quadro teórico de representações sociais para a compreensão e análise dos diferentes fenômenos sociais e tipos de comportamentos individuais, contribuindo de forma importante para a configuração de diversas possibilidades de estudos e pesquisas. Assim, essa diversidade de fenômenos permite o surgimento de variadas perspectivas de investigação no campo dos estudos organizacionais, através de conversações entre temáticas que viabilizam um entendimento mais dinâmico de fenômenos de natureza organizacional (MARTINS-SILVA et al., 2016), incluindo abordagens como as relações de gênero e as relações de trabalho.

### **3. GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES NO CAMPO ORGANIZACIONAL E NO MERCADO DE TRABALHO**

As concepções de gênero possuem ligação com noções constituídas dos termos masculino e feminino na sociedade. Conforme exposto por Cappelle, Cramer e Paula Neto (2001), as abordagens iniciais sobre gênero tomavam como consideração o fato de que as características biológicas referentes a cada sexo eram o agente responsável pela

desigualdade existente. Posteriormente, em contrapartida, o termo gênero começou a ser compreendido como um produto fundado na socialização e na acessibilidade a diversas experiências por homens e mulheres. Scott (1995, p. 7) pontua que o “[...] gênero se torna [...] uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres”.

Abordando as relações de gênero no campo organizacional, a teoria apresentada por Weber sobre a burocracia enfatizava a realidade de uma organização em que o homem, e somente ele, era o centro dela. Nesse sentido, Giddens (2007) destaca que o aumento da cultura feminista, na década de 1970, levou a uma investigação das relações de gênero nas principais instituições da sociedade. As sociólogas feministas não apenas se concentraram no desequilíbrio existente entre os papéis de gênero dentro das organizações, mas exploraram as formas pelas quais as próprias organizações modernas haviam se desenvolvido de um modo voltado para o gênero (GIDDENS, 2007).

No pensamento feminista, para a consolidação de uma organização moderna, bem como de uma carreira burocrática, era necessário que se tivesse uma configuração precisa de gênero. Dessa forma, as feministas da época apontaram dois aspectos em que o gênero estava encaixado na organização moderna. Primeiramente, “[...] as burocracias caracterizam-se por uma segregação ocupacional de gênero” (GIDDENS, 2007, p. 293), ou seja, no momento em que houve maior participação da mulher no mercado de trabalho, esse volume fez surgir uma tendência em segregá-las em categorias em que suas ocupações obtinham baixa remuneração, além de serem constituídas por atividades rotineiras. No segundo aspecto, “a ideia de uma carreira burocrática era, na verdade, uma carreira *masculina*, na qual as mulheres desempenhavam um papel coadjuvante crucial” GIDDENS (2007, p. 293). Em outras palavras, elas desempenhavam somente atividades rotineiras, como auxiliares de escritório e secretárias, permitindo assim que os homens viabilizassem seu crescimento profissional, inclusive com a possibilidade de promoções na empresa, sendo o trabalho das mulheres excluído dessa expectativa futura de crescimento (GIDDENS, 2007).

De acordo com Lima e Cruz (2012), sempre houve uma divisão de gênero, que é histórica e se expressa pela dominação do homem em relação à mulher na sociedade. Inclui-se nesse movimento a divisão sexual do trabalho, que considera que as diferenças entre homens e mulheres no espaço do trabalho são decorrentes de construções culturais, e não de dados biológicos (LIMA; CRUZ, 2012). A divisão sexual do trabalho tem como característica, ainda, o fato de que é associada prioritariamente aos homens a esfera produtiva, enquanto que as mulheres são associadas à esfera de reprodução, resultando em uma parcela mais significativa de homens presentes em funções relacionadas à

política, à religião ou em funções militares, isto é, funções de maior valor agregado (KERGOAT, 2001).

Para Molinier (2013), essa forma de divisão social se baseia em dois princípios organizadores: o princípio da separação, ou seja, a visão de que existem trabalhos de homens e trabalho de mulheres; e o princípio hierárquico, em que o trabalho do homem possui "mais valor" do que o trabalho de uma mulher. Com tudo isso, entende-se que as organizações modernas se desenvolveram em um espaço em que seu domínio era do homem, estando as mulheres excluídas do poder, da possibilidade de crescimento e de oportunidades que as permitissem contribuir com suas competências e habilidades para a organização onde estavam inseridas (GIDDENS, 2007). Assim, as abordagens feministas buscaram examinar as questões de gênero, procurando analisar a maneira como estas são entendidas pelas pessoas e como a distinção de gênero é construída, reforçada e perpetuada nas organizações, resultando para as mulheres, na maioria das vezes, em salários mais baixos, dificuldades de promoção, limitações para exercer determinadas funções, entre outros problemas relacionados a sua entrada no mercado de trabalho (CAPPELLE; CRAMER; PAULA NETO, 2001).

Sendo assim, observa-se que há uma disparidade no tratamento dado a homens e mulheres. Por sua vez, entende-se que a igualdade no tratamento entre os gêneros masculino e feminino nas organizações provavelmente só será alcançada a partir do momento em que tais distinções entre os gêneros deixarem de ser apontadas e consideradas como um fator limitante de desigualdade e segregação, sobretudo em espaços como o mercado de trabalho.

Com efeito, mudanças ocorridas no decorrer dos tempos têm favorecido a construção de uma nova visão e pensamento da sociedade em relação ao papel da mulher, seja no âmbito social, seja familiar, seja econômico, seja cultural, seja político. Nota-se, neste cenário, que a participação da mulher no mercado de trabalho tem apresentado um crescimento importante. Um possível fator que parece justificar esse crescimento estaria relacionado, principalmente, à promoção da autonomia financeira do público feminino, referente à dependência dos pais e cônjuges (PINSKY; PEDRO, 2013). Dessa forma, um dos grandes desafios para as mulheres do século XX foi ascender novos ambientes profissionais no mercado de trabalho. E tornar isso realidade provocou contínuas modificações culturais, o que resultou em maior participação das mulheres no mundo profissional (VIEIRA, 2007).

No entanto, apesar de os números retratarem significantes mudanças, sabe-se que, para as mulheres alcançarem esse patamar e, principalmente, sua parcela em representação no mercado de trabalho, ainda deve-se percorrer um caminho árduo e com

muitos obstáculos. As mulheres, muitas vezes, viram-se diante de uma grande barreira: a errônea ideia de que elas não tinham importância social, de que deveriam ser subordinadas aos seus esposos e que suas vidas se resumiam a um universo doméstico e familiar (COSTA, 2002). Desse modo, por muito tempo, essa maneira de ver e definir as mulheres perpetuou-se ao longo das gerações. A dominação masculina se conferia como algo que era indiscutível, ou seja, tudo se voltava à maneira e ao pensamento do homem, pois somente este teria a razão, o conhecimento e a competência necessária para ditar como tudo deveria ser.

A interferência do movimento feminista contribuiu para que esse pensamento e essa dominação passassem a sofrer algumas mudanças, especialmente no que tange às categorias mais favorecidas, como o crescimento do ingresso da mulher no ensino secundário e superior, o trabalho com direito a salário, o âmbito público, o afastamento referente às tarefas domésticas e a prorrogação da idade, muitas vezes acelerada, de se casar e ter filhos (BOURDIEU, 2009). Apesar de o movimento feminista ter sido o grande “pontapé” na luta da mulher pelos seus direitos sociais, foi nas décadas de 70 e 80, com o contexto da crise econômica vivenciada por alguns países, que a mulher passou a ocupar um papel de destaque no mercado de trabalho, assumindo inclusive, em alguns casos, a responsabilidade do orçamento familiar (FREITAS, 2006). No entanto, a luta das mulheres pela conquista do espaço no mercado de trabalho ainda se torna presente na sociedade e no mercado atual, visto que ainda é possível encontrar alguns setores da economia em que a mulher é vista e caracterizada como um “ser inferior” ao homem, não sendo, portanto, capaz de executar determinadas funções, como a que é objeto de pesquisa do presente estudo, ou seja, no setor de segurança pública.

De acordo com Calazans (acesso em 7 nov. 2017), apesar das conquistas alcançadas pelo público feminino, em especial no setor de segurança pública, a presença da mulher nessa esfera ainda é caracterizada como “impactante”, como é o caso da polícia militar. Como a autora destaca,

É importante reconhecermos que as mulheres, mesmo como minorias simbólicas, em uma instituição pautada pelo paradigma da masculinidade, introduziram a lógica da diferença, uma vez que produziram desacomodação, desestabilização e desorganização interna nessas instituições, colocando possibilidades de pensar o medo, o risco do ofício de polícia e um questionamento a respeito da ordem estabelecida. Desse ponto, parece este ser o maior impacto da inserção feminina na instituição, a introdução da lógica da diferença, no que confere um possível aproveitamento para se pensar em uma nova Polícia, no sentido da incorporação da ética da diferença nos currículos e na formação da cultura policial. Ao mesmo tempo, na carreira de oficiais, os conflitos das promoções de homens e mulheres e suas alocações mostram uma barreira informal à efetiva inclusão [...]. Portanto, a inserção feminina parece não ter sido ainda plenamente explorada pela própria corporação, tampouco pelas entidades responsáveis pela gestão da segurança pública (CALAZANS, acesso em 7 nov. 2017, p. 1).

Por sua vez, essa realidade é evidenciada por Dias e Rosa (2014) em seu trabalho intitulado "Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira", no qual os autores lançam argumentos acerca das disparidades no tratamento entre os públicos masculino e feminino, em que, além das diferenças no número de vagas destinadas a homens e mulheres, ainda persiste na sociedade brasileira uma visão misógina, em que a mulher é vista como um ser frágil, delicado e, por isso, incapaz de assumir o exercício das funções policiais. Outro argumento apresentado pelos autores comporta a ideia de que a segurança pública brasileira é marcada fortemente pela virilidade, e, nessa perspectiva, uma vez que o indivíduo manifeste traços como doçura, delicadeza, paciência ou qualquer outro elemento que seja compreendido como "um traço feminino", ele deixa de ser importante, perdendo ênfase e espaço no setor de segurança pública (DIAS; ROSA, 2014).

Para Schneider, Signorelli e Pereira (2017), o fato de ser mulher ou ser homem está relacionado à adoção de papéis que são postos e hierarquizados pela própria sociedade da qual os indivíduos fazem parte. Em adição, são apontadas e entendidas como categorias geradas pela cultura e que são impostas às pessoas. Por sua vez, no trabalho dos autores intitulado "Mulheres da segurança pública do litoral do Paraná, Brasil: intersecções entre gênero, trabalho, violência(s) e saúde", é possível compreender a influência das desigualdades de gênero, as quais se fazem presentes na vida das mulheres que trabalham na área da segurança pública (SCHNEIDER; SIGNORELLI; PEREIRA, 2017).

Dessa forma, a partir do exposto, é possível inferir que os desafios enfrentados pelo público feminino no campo da segurança pública brasileira – e aqui, com destaque para a atividade de agente de segurança penitenciário – vão muito além daqueles já enfrentados por esses profissionais no dia a dia de trabalho, como o estresse, as intimidações, as agressões ou as ameaças a que são expostos. Ou seja, uma das principais dificuldades a ser superada pelas mulheres nesse campo pode ser a própria quebra do paradigma da segregação de a atividade de agente de segurança penitenciário ser uma função caracterizada como masculinizada, o que acaba emergindo um contexto incessante de lutas por igualdade de gênero, tanto em termos institucionais quanto em termos sociais.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho é estruturado metodologicamente com base em abordagem de natureza qualitativa. Segundo Marconi e Lakatos (2011), no âmbito de investigações

qualitativas, o pesquisador passa a ter uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado, capturando elementos que geram um entendimento mais específico do objeto analisado. Em pesquisas qualitativas, as situações acontecem naturalmente, em ambiente espontâneo, sendo ele, portanto, rico na obtenção de dados descritivos, já que enfoca a realidade de maneira mais ampla e reveladora (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada (COOPER; SCHINDLER, 2011). Foram realizadas 6 (seis) entrevistas com mulheres que atuam na profissão de agente penitenciário e 6 (seis) entrevistas com os agentes penitenciários do sexo masculino do mesmo sistema prisional. Atualmente, a instituição estudada conta com um total de 6 (seis) mulheres atuando como agente penitenciário e 4 (quatro) mulheres atuando na área administrativa da instituição. No caso dos agentes penitenciários do sexo masculino, este número ultrapassa a quantidade de mulheres, sendo este em torno de 60 (sessenta) homens. Com isso, objetivou-se nesta pesquisa realizar o estudo com todas as mulheres que atuam diretamente na profissão de agente penitenciário, incluindo também a participação de 6 (seis) agentes penitenciários do sexo masculino. Assim, as entrevistas com o grupo de agentes penitenciários selecionados se justificam na medida em que os sujeitos (homens e mulheres) investigados proporcionariam aos pesquisadores um entendimento mais eficaz do tema, a partir da exploração de suas experiências vivenciadas e atitudes tomadas na amplitude de sua profissão, refletindo o escopo do problema analisado (COOPER; SCHINDLER, 2011). De modo mais específico, foram tópicos do roteiro de entrevista: dados pessoais; dados profissionais; questões sobre a natureza da atividade de agente penitenciário, envolvendo elementos como os equipamentos utilizados, as vestimentas obrigatórias, as políticas de recrutamento e seleção, as práticas de treinamento, as políticas salariais, as habilidades e competências necessárias ao desempenho da atividade, a progressão na carreira, a avaliação de desempenho, os desafios e riscos no exercício da profissão, a influência da família na escolha da profissão, bem como as relações de gênero no âmbito do trabalho e da sociedade, e como estas influem sobre a atividade de agente penitenciário.

As entrevistas, realizadas no período entre julho e novembro de 2014, tiveram duração média de 1 hora. As narrativas dos entrevistados foram gravadas e posteriormente transcritas em editor de texto eletrônico para viabilizar a análise. Ressalta-se, ainda, que as entrevistas foram realizadas em ambiente externo à instituição analisada. Essa escolha se deve a dois fatores: 1) por se tratar de um ambiente com certa periculosidade para o pesquisador, visto que a instituição pesquisada se trata de um presídio; e 2) para não comprometer o horário de trabalho dos sujeitos participantes da pesquisa.

Os dados coletados foram organizados e tratados com base na técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo preocupa-se em medir o conteúdo semântico ou o aspecto *o quê* da mensagem. É, portanto, considerada um instrumento flexível e amplo, podendo ser utilizada como metodologia ou como técnica para um problema característico (COOPER; SCHINDLER, 2011). Para Franco (2007), a análise de conteúdo começa com a mensagem em si – verbal (oral ou escrita), figurativa, gestual, silenciosa, documental ou diretamente provocada. Assim, as mensagens analisadas “[...] expressam as representações sociais na qualidade de elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento” (FRANCO, 2007, p. 12). Para Cooper e Schindler (2011), essa técnica segue um processo sistemático que codifica e extrai inferências de um texto, e inicia-se com a determinação das unidades de dados a serem analisadas. Além disso, vale ressaltar que o caráter analítico da análise de conteúdo também sofre influências de decisões cometidas antes da coleta de dados, como a definição do quadro teórico da pesquisa e das categorias conceituais a serem exploradas. De modo específico, as categorias de análise foram, em um primeiro momento, fundamentadas no quadro teórico apresentado nesta pesquisa, e, em um segundo momento, com a própria emergência das temáticas através dos relatos dos entrevistados. Portanto, como categorias de análise, verificou-se a conformação dos seguintes tópicos: a natureza da profissão de agente penitenciário; as práticas de gestão de pessoas inerentes a essa atividade; e as diversas manifestações das relações de gênero no espaço organizacional, envolvendo diferentes interpretações sobre o trabalho e o papel da mulher nesse contexto.

## **5. A PROFISSÃO DE AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO E O PAPEL DA MULHER NA ORGANIZAÇÃO ESTUDADA**

O sistema prisional analisado, no âmbito deste trabalho, era gerenciado, inicialmente, conjuntamente pelas corporações da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Anteriormente ao ano de 2008, a referida instituição era considerada como sendo uma “Cadeia pública”. No entanto, no ano de 2003, foi criada, a partir de uma nova Política Estadual de Segurança Pública, a Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), substituindo as Secretarias de Segurança e Justiça. Dessa forma, foi a partir de 2003 que o gerenciamento dos sistemas prisionais mineiros começou a tornar-se autônomo, passando de “Cadeia pública” para “Presídio”.

Por sua vez, a Seds compreendia que o gerenciamento do sistema prisional mineiro seria responsabilidade da Subsecretaria de Administração Prisional (Suapi). Com

isso, no ano de 2008, o sistema prisional da cidade analisada passou a ser gerenciado por esta última instituição. Assim posto, essa necessidade de criação de um sistema autônomo trouxe, como consequência, um processo seletivo emergencial de agentes penitenciários que começaram a atuar diretamente na profissão.

Inicialmente, o sistema prisional estudado contava, majoritariamente, com indivíduos do sexo masculino, que preenchiam a grande maioria dos cargos da organização. Tal realidade pode estar relacionada ao fato de que, nos primeiros momentos de criação deste estabelecimento, a grande maioria dos presos era composta por homens. Destaca-se, porém, que nessa ocasião, já havia detentos do sexo feminino no presídio, sendo em número inferior à quantidade de presidiários do sexo masculino. Como exposto nos fragmentos (001) e (002), esse caráter emergencial parece ter tido impactos na própria forma de contratação dos agentes penitenciários. Nesse sentido, a grande maioria dos agentes parece apontar o contrato como a forma predominante de vínculo laboral, em contraposição a um processo seletivo formal.

(001) [...] foi contrato, na época foi... emergencial né, que eles precisavam, que já [...] ia assumir aqui na cidade, então foi emergencial. (Entrevistada 5)

(002) [...] na verdade, quando eu participei desse processo seletivo, era um processo seletivo de caráter emergencial, ou seja, contrato, e hoje eu participo de um processo seletivo de concurso e tá em andamento. (Entrevistado 11)

Podemos inferir, neste ponto, que o vínculo baseado fundamentalmente no contrato pode ter estabelecido uma relação de comprometimento instrumental ou até mesmo uma relação econômica dos agentes com a organização. Esse comprometimento parece estar presente, inclusive, no próprio momento em que o indivíduo optava pelo serviço de agente penitenciário. Conforme pode ser visto no fragmento (003), parte dos agentes aponta o ganho econômico como uma das principais razões para a escolha desta profissão.

(003) [...] primeiramente foi pelo salário mesmo [...] Eu não tinha noção [...] como que era o serviço, foi mesmo pelo salário. (Entrevistada 2)

No entanto, cabe destacar que a motivação da escolha pela profissão, na menção de determinados agentes, estaria vinculada, também, à admiração por este ofício, atrelada à ressocialização dos(as) presidiários(as) e à experiência profissional em já ter atuado na área de segurança. Por sua vez, tal realidade pode ser evidenciada nos fragmentos (004), (005) e (006).

(004) A farda! [...] Porque eu acho muito bonito! [...] o trabalho [...] do Agente Penitenciário. [...] eu acho bonito a profissão. Sabe, é uma profissão assim... eu vejo que é sinônimo de justiça. (Entrevistada 6)

(005) O trabalho desempenhado por eles, que é ressocializar o preso para o reingresso na sociedade. (Entrevistado 10)

(006) Na verdade, na época eu era vigilante, então foi por já estar nessa área de segurança, apesar de ser uma segurança privada que eu exercia, né. (Entrevistado 11)

Nota-se, ainda, a partir da leitura de tais fragmentos, que a profissão de agente penitenciário parece conferir ao seu ocupante um *status* de poder, seja no uso de uma vestimenta distintiva ("a farda"), seja no uso de instrumentos como "coletes" e "armamentos". Pode-se inferir, a partir disso, que a atenção dada pelos entrevistados ao caráter distintivo no uso de tais elementos poderia estar associada à percepção de que uma das formas de ascensão social, de uma maneira geral, e da mulher, de uma maneira específica, em nossa sociedade, passaria, necessariamente, pelo acesso a posições de poder tradicionalmente masculinas.

(007) [...] Eu sempre gostei daqueles tipos de mulher, o poder da mulher. [...] Eu sempre gostei disso. O poder da mulher, de tá fazendo o comando [...] Eu sempre valorizei esse tipo de profissão. (Entrevistada 1)

(008) [...] quando você põe o colete, que você pega o armamento, parece que te dá uma coisa tão boa que cê fala assim: "não, eu nasci pra isso aqui!". (Entrevistada 6)

Ao se abordar a estrutura do ambiente de trabalho do local estudado, por sua vez, percebe-se que o sistema prisional em questão almejava uma estrutura que não só facilitasse o trabalho dos agentes penitenciários, mas, também, que permitisse a divisão dos trabalhos destinados a agentes penitenciários masculinos e femininos no interior da organização. Tal mudança era essencialmente necessária, uma vez que as agentes femininas, para chegarem até as celas em que permaneciam mulheres presas, deveriam deslocar-se em frente às celas onde estavam os presidiários do sexo masculino, realidade esta que acarretava constrangimento a elas.

(009) [...] Que ali, antigamente, hoje separou o lado da gente passar, antes a gente passava no bloco masculino, eram duzentos presos e a gente tinha que passar no meio de duzentos presos. (Entrevistada 3)

A partir do exposto, percebe-se que, no momento do início do ingresso dos agentes penitenciários do sexo feminino à profissão, a instituição almejava uma estrutura que fosse mais adequada, principalmente no que tange ao desenvolvimento das atividades desempenhadas pelas agentes femininas. Atualmente, é importante destacar que o referente sistema prisional passou por reformas e que, hoje, o desempenho das atividades das agentes femininas acontece separadamente das atividades desempenhadas pelos agentes do sexo masculino, tanto em termos de estrutura quanto em termos de atividade.

No que tange ao trabalho do agente de segurança penitenciário, ele é, fundamentalmente, firmado no compromisso de garantir a segurança e o convívio dos presidiários(as), tendo como incumbência principal a ressocialização desses indivíduos e seu reingresso na sociedade. Convém notar, no entanto, que as atividades realizadas pelos agentes penitenciários divergem quanto à natureza do trabalho realizado pelos mesmos (agente penitenciário que atua na escolta, o agente penitenciário convencional, o agente penitenciário responsável pelo canil e o agente atuante no grupo de intervenções táticas).

É importante dizer que este trabalho, em especial, priorizou o enfoque dado pelos agentes penitenciários convencionais em detrimento dos demais. O trabalho deste agente, em especial, é composto por equipes. Cada equipe é composta por dois coordenadores, nomeados como “Falcão 1” e “Falcão 2”, os quais são responsáveis pela organização da distribuição dos postos de trabalho no interior do sistema prisional, como, por exemplo, a determinação do agente penitenciário P1, responsável pela portaria, e o agente penitenciário P2, responsável pela segurança na muralha.

Dessa forma, caberia aos agentes penitenciários convencionais a responsabilidade do trânsito interno dos presos, sua retirada das celas para o banho de sol, bem como a retirada deles para o atendimento com advogados, defensores públicos e médicos. Além dessas funções já mencionadas, são atividades do agente penitenciário convencional: a censura de todos os materiais e alimentos que adentram o presídio; a realização de um procedimento definido pelos agentes penitenciários como “bate cela”, o qual consiste na realização de uma revista minuciosa na própria cela em que se encontram os presidiários(as); o cadastramento de presidiários(as) e visitantes; a revista dos visitantes; e as rondas periódicas na amplitude da unidade prisional. Tais procedimentos podem ser verificados nos relatos apresentados nos fragmentos (010), (011), (012) e (013).

(010) [...] tem que fazer a chamada, ver se tá tudo ok nas celas [...] caso precisar, a gente leva [...] na enfermagem [...] ou no pronto-socorro [...], tirar [...] pro atendimento com o advogado, com psicólogo. (Entrevistada 2)

(011) Chega lá [...] primeiro tem a conferência das presas, [...] pra ver se não tem nenhuma presa machucada, [...] depois é a entrega do café, [...] e depois é retirada prum banho de sol, aí já começa o nosso trabalho lá na frente [...] cadastramento de visitantes, sacolinha dos presos, censura de tudo ali, de todo material que chega lá na unidade pra eles né, [...] depois é fechado esse banho de sol, [...] a hora da alimentação, do almoço, também é verificado [...] e tem os atendimentos com os técnicos lá dentro, como assistente social, [...] com os advogados fora da unidade, isso tudo, esse trânsito de preso, a gente que faz. (Entrevistada 3)

(012) [...] durante a semana [...] fazer um procedimento que a gente chama de “bate cela”, que é a revista na cela pra ver se tem algo ilícito ou alguma coisa [...], e nos finais de semana quando tem as visitas, que as famílias trazem refeição, e elas são submetidas à [...] uma revista minuciosa, que elas têm que tirar toda a roupa, então [...] fazem esse trabalho aí. (Entrevistada 6)

(013) No [...] período da noite é mais a segurança da unidade, você fica fazendo rondas periódicas, recebendo preso quando chega. (Entrevistado 10)

No que diz respeito à forma como a atividade de agente penitenciário é representada no âmbito de nossa sociedade, podemos observar, através dos relatos apresentados nos fragmentos (014), (015), (016) e (017), que eles parecem ser associados à figura do mal. Tal associação, tida claramente como incômoda e injusta por parte destes agentes, deriva da ideia de que neste espaço social deveria haver, necessariamente, uma clara demarcação entre quem são os "representantes do bem" (e, portanto, heróis) em contraposição àqueles que seriam os "verdadeiros vilões" (presos). Como tal demarcação não é efetivamente compreendida e representada no âmbito da sociedade, a inversão dessa lógica causa extremo desconforto para os agentes penitenciários da organização estudada.

Em complemento a isso, podemos observar uma clara associação entre verbos de natureza forte/violenta e - por que não dizer? - tradicionalmente alinhados ao universo masculino, como "bater" e "maltratar", com a atividade de agente penitenciário. O termo "judiar", aliás, termo forte em sua própria natureza etimológica, é contrastado com a figura diminutiva do menino ("menininho"), associada ao preso. Vê-se, aqui, a figura do preso como sendo uma vítima indefesa, e não um adulto infrator. Há, ainda, nessa mesma colocação, o uso do termo "coitado" como associado à figura do preso, fato que acentua ainda mais a visão do preso como sendo a vítima e o agente penitenciário como o vilão, em uma clara inversão dos papéis sociais de cada um deles. Nota-se, por fim, no relato (028), um processo de objetivação do agente penitenciário na figura explícita do "lobo mau" das histórias infantis, em uma tentativa de construção seletiva por parte do entrevistado. Como explicação para essa representação distorcida da realidade dos agentes penitenciários, eles afirmam haver um claro desconhecimento, por parte da sociedade, no que diz respeito à natureza de suas funções.

(014) A sociedade não conhece o agente penitenciário, [...] ela recrimina o agente penitenciário, [...] não conhece o que ele faz, o que ele desempenha, a sociedade tem medo do agente penitenciário, [...] a sociedade coloca a gente como pessoas más, pessoas que estão lá para bater, para judiar, para maltratar, não conhecem o que o agente penitenciário desempenha lá dentro, não sabem o que nós fazemos lá dentro. (Entrevistado 8)

(015) Ah, às vezes (a sociedade vê) com preconceito [...] porque às vezes, por causa de um, todos são ruins. (Entrevistado 9)

(016) Às vezes por uma parte da sociedade eu acredito que ela (a profissão) é bem vista [...] Agora por outro lado, [...] alguns acreditam que você agride eles, tratam mal, mas está mudando essa visão. (Entrevistado 10)

(017) [...] a inversão de valores hoje é muito grande [...] às vezes a gente é tido [...] como [...] o malvado da história né, a gente tá ali, tá judiando dos menininhos, coitados, tá preso [...] como eles falam [...] (mas) a gente tá ali só pra fazer com que eles cumpram o que foi determinado pelo juiz. Nosso papel ali dentro é esse, mas é como eu te disse, alguns vê a gente como o lobo mau da história. (Entrevistado 11)

A disposição dos diversos equipamentos e a utilização deles parecem ser de forma igualitária na organização, embora siga uma lógica de distribuição de acordo com os postos de trabalho determinados a eles. Essa pressuposição é demonstrada nos relatos apresentados pelos agentes penitenciários nos fragmentos (018), (019), (020), (021) e (022).

(018) [...] dentro do presídio eu uso uma “tonfa” [...] (que é) um cassetete. A gente usa isso e também usa *spray* de pimenta, né. [...] (Entrevistada 1)

(019) [...] algema, chave de algema, “tonfa”, e às vezes no posto colete, e... dependendo do posto aonde eu tiver, a arma também. (Entrevistada 4)

(020) Colete à prova de balas, por eu ser da escolta, eu ando sempre armada, o dia inteiro armada. Quando a gente sai pra viagem em transferência de preso, é com arma longa, com calibre 12, ou às vezes até [...] com [...] um fuzil. (Entrevistada 6)

(021) Armamento de fogo, mas com munições menos letais, [...] granadas menos letais, esse tipo de armamento que a gente sempre necessita, os *sprays* de pimenta, essas coisas assim. (Entrevistado 7)

(022) No nosso caso, da escolta específica, nós utilizamos armamento longo, letal, [...] armamento curto, [...] granadas, nós utilizamos a nossa viatura, o telefone celular também é muito importante, (e) o nosso rádio transmissor para a gente ter contato com o presídio. (Entrevistado 8)

Conforme relatado nas entrevistas, a divisão de tarefas no âmbito organizacional parece sofrer forte influência das relações de gênero. Nesse sentido, as atividades caracterizadas como sendo de grande “perigo iminente e que exigiriam maior força física são destinadas, na maioria dos casos, aos agentes penitenciários do sexo masculino, enquanto que as tarefas mais corriqueiras, que exigem certo detalhamento, como a censura dos alimentos e o cadastramento dos presidiários, são, em grande parte, destinadas às profissionais do sexo feminino da unidade prisional. Assim posto, a partir dos fragmentos (023), (024), (025), (026), (027) e (028), é possível obter maior visualização dessa realidade.

(023) [...] os agentes penitenciários femininos, de [...] certa forma, elas têm um trabalho a mais que os masculinos [...] duas vezes por semana tem o recebimento de materiais pros presos. Então, quem olha, quem faz as revistas são as femininas [...]. (Entrevistada 1)

(024) Porque essa parte de [...] portaria ali, que é sacolinha, que é cadastramento, isso aí os masculinos já não têm. [...] o banho de sol, tudo ali, retirada de preso, levar pra médico, [...] tudo, as femininas e o masculino são o mesmo serviço. Porém, o da portaria ali eles já não têm. Aí é só nós (agentes femininas) [...]. (Entrevistada 3)

(025) A gente (agentes femininas) faz a censura, tudo o que entra ou sai da unidade é responsabilidade da gente, aquela parte da censura [...]. (Entrevistada 4)

(026) A parte de lidar com as famílias são mais femininas [...] são mais tranquilas né, você vai conversar com os familiares, vai explicar as coisas, então é mais feminino né, portaria, a censura [...] E a parte de [...] vamos supor, no pavilhão [...] se tem [...] uma briga, alguma coisa, já é do lado mais masculino, os homens que entendem mais, só se tiver alguma coisa relacionada às mulheres né, e aí a gente tem que entrar. Aí [...] já é diferente [...]. (Entrevistada 5)

(027) [...] Agente feminina ela toma conta da portaria, que é a entrada de visitantes, revista de visitantes, que é mais mulheres, [...] o cartão de visita aí na frente do presídio tem que ser as mulheres, que é mais sensível, e sabem lidar com a situação. Agora os

homens não, o negócio deles é a correria lá dentro do pavilhão, trabalhar diretamente com o preso. (Entrevistado 7)

(028) A feminina seria o que elas já fazem né, que é a censura de alimentos, nas visitas, no material que vai entrar para a unidade. Então esse trabalho já é delas, já é feito por elas e acredito que elas desempenham melhor, tem mais sensibilidade para estar observando isso. (Entrevistado 10)

Além disso, como pode ser observado nos fragmentos acima, há uma clara representação da mulher como ocupante do cargo de agente penitenciário como tendo, para o exercício de sua atividade, atributos como "facilidade de relacionamento", "sensibilidade" e "tranquilidade". Diferentemente do masculino, que demanda "força física" ou "uso da violência", a agente penitenciária atua, fundamentalmente, em atividades na "fronteira" entre a prisão e o espaço externo (portaria), como, por exemplo, o contato com familiares, a censura de alimentos, visitas, etc.

Todavia, é possível inferir que essa realidade parece justificar-se, inclusive, pela própria concepção de alguns agentes penitenciários do sexo feminino quanto ao papel a ser desempenhado pelo homem e ao papel a ser desempenhado pela mulher na organização, conforme pode ser observado nos trechos (029), (030), (031), (032), (033) e (034).

(029) [...] Eu acho mais difícil pra mulher ali é ficar com aquela 12 [...] por ser uma arma pesada [...] Eu acho que aquilo ali teria que ser pra homem, porque na hora de uma rebelião a gente não pega, é os homens mesmo, que ela é mais pesada e eles têm mais treinamento, eu acho que aquilo tinha que ser pro homem mesmo. (Entrevistada 2)

(030) [...] eu nem imaginava que mulher trabalhava nesse ambiente, eu achava que era só homem que cuidava, por ser pra mulher, assim, tão pesado... Mulher é mais frágil, né! (Entrevistada 2)

(031) Eu acho que a (atividade) masculina é os postos né, que são os postos de guarita, [...] esses postos, pra mim, seriam pra homens, e não pra mulheres. E pra mulheres é aquilo mesmo que a gente faz, a censura [...] eu só discordo pelo fato de a gente assumir postos. (Entrevistada 4)

(032) [...] Assumimos postos [...] às vezes quando tá em falta de guarda, porque a gente tem essa demanda aqui, que são poucos efetivos pra muito serviço. Aí quando precisa, nós assumimos postos. Mas pra mim é [...] um lado assim que, se pudesse, seria só homens. (Entrevistada 4)

(033) Lá dentro, [...] nós, as femininas, não adianta a gente falar assim que a gente é forte e tudo, que lá no interior da gente, a gente é mais frágil! Ali, lidar com uma 12, um posto, [...] a gente acaba sendo mais frágil do que os homens. (Entrevistada 4)

(034) [...] E a parte de [...] entrada, vamos supor, no pavilhão [...] pra alguma coisa, a gente fala "sinistro", se tem [...] uma briga, alguma coisa, já é do lado mais masculino, os homens que entendem mais. (Entrevistada 5)

Questionados quanto a serem realizados profissionalmente, podemos inferir, neste ponto, que apesar das dificuldades enfrentadas pelos agentes, tanto homens quanto mulheres parecem ter forte sentimento de realização, conforme pode ser observado nos fragmentos (035), (036), (037) e (038).

(035) Ah, eu amo a minha profissão [...] Eu gosto muito, gosto do [...] trabalho, de estar lidando ali com os meus colegas de trabalho, até com as presas, com os presos, eu gosto, [...] significa muito pra mim. (Entrevistada 3)

(036) Tenho, tenho orgulho sim. [...] Porque é uma profissão que [...] a gente lida com certos tipos de coisas que ajuda a gente ter uma visão diferente da vida [...] eu gosto do que eu faço. (Entrevistada 4)

(037) [...] eu faço aquilo que eu gosto. Eu gosto do meu trabalho. Gosto de estar fazendo aquilo ali, e hoje [...] eu penso que pra mim sair dali, minha vida vai ser [...] estranha demais, que a minha vida hoje é aquilo ali. (Entrevistada 4)

(038) [...] (A profissão) representa tudo! Porque através dessa profissão é que eu consigo obter as coisas que eu quero. Só que primeiro você tem que gostar do que você faz, não só fazer por fazer, senão... não tem por quê. [...] não dá [...] pra explicar, pra dimensionar o quê que é esse sentimento sabe, então... é tudo! (Aqui a entrevistada se emociona) (Entrevistada 6)

Em detrimento de tais apontamentos positivos quanto ao sentimento de realização profissional, constatou-se, no decorrer das entrevistas, a presença de certa resistência por parte de alguns agentes penitenciários femininos em tornar explícito à sociedade o fato de pertencerem a essa referida profissão. Destaca-se aqui que a justificativa para tal comportamento estaria associada à forma como a sociedade fundamenta a representação social da mulher que atua na profissão de agente de segurança penitenciário, rotulando-as, muitas vezes, como mulheres “doidas” ou “loucas”.

(039) [...] aonde você chega e fala que é agente penitenciário, a pessoa fala com você “Você é doida! Você é louca de tá num lugar daquele! Você não tem medo? Não é lugar pra mulher!”. Hoje em dia, as pessoas enxergam a gente dessa forma [...], as pessoas enxergam a gente de uma forma [...] que não é normal. [...] eles enxergam a gente de uma forma diferente. [...] Tem umas colegas minhas que elas têm vergonha de falar que é agente penitenciário, pelo fato das pessoas pensarem dessa forma. (Entrevistada 4)

No que tange ao contato dos agentes com os presidiários, é possível inferir a existência de certa similaridade quanto aos sentimentos e atitudes no momento em que os agentes penitenciários se depararam com a realidade do sistema prisional. Por sua vez, percebe-se que estes primeiros contatos foram marcados por sentimentos de medo, apreensão, nojo, *stress* e conflitos de valores, conforme exposto nos fragmentos (040), (041), (042), (043), (044) e (045).

(040) Foi bem nojento, a palavra certa é essa. [...] Porque [...] eu me deparei com coisas que eu não tinha na minha vida. [...], por exemplo, você pega uma pessoa e manda ela tomar banho, tipo assim, a presa não tomou banho, você tem que falar, “olha, não tá legal, você tem que tomar banho”. (Entrevistada 1)

(041) Nossa, foi assustador, eu entrei no primeiro dia de trabalho e o barulho me assustou, eles xingavam muito, aí eu olhei assim e falei “nossa, é como na televisão mesmo”, as grades, pessoas com a mão de fora batendo, xingando. (Entrevistada 2)

(042) [...] no primeiro dia de trabalho, me colocaram lá no fundo pra algemar uma presa pra levar pra enfermagem, e eu tremia, eu tremia, eu não tava sabendo algemar, porque eu não conhecia o ambiente, eu não conhecia as presas, não sabia como elas eram [...] E não foi fácil não, foi difícil, mas eu encarei e fui. (Entrevistada 2)

(043) Muita adrenalina, [...] era umas 6:30 da manhã, nós assumimos o presídio [...], com granadas e tal, foi muito, muito chocante. (Entrevistado 8)

(044) A primeiro momento, apreensão, [...] o ambiente não tinha uma estrutura, então te dava certa apreensão [...] estar ali, um certo receio em relação à segurança. (Entrevistado 10)

(045) [...] o meu primeiro contato, na hora que eu entrei naquele corredor ali é... (demora na resposta)... é estranho, muito estranho. É uma coisa que você nunca imaginava ver ali e... é uma visão que [...] parece "animais" presos, uma jaula de gente ali, uma coisa... esquisita, que você nunca viu aquilo ali na sua vida, sabe... é isso, é uma... sensação muito ruim. (Entrevistada 3)

Destaca-se aqui, ainda, que tal realidade parece evidenciar a existência de um conflito entre os valores pessoais e cristãos e o exercício da atividade profissional, bem como a contestação entre a temática do bandido que rouba por necessidade e a realidade do bandido que rouba por prazer, conforme apresentado nos fragmentos (046), (047) e (048).

(046) [...] É que ali [...] era uma coisa fora da minha realidade. Fora da minha estrutura familiar [...] Eu tive uma estrutura familiar, e desde que eu passei no primeiro dia do portão pra dentro, eu senti que abalou um pouco. Porque é uma realidade que eu não conhecia. [...] Uma realidade que eu nem sabia que existia [...] dentro do sistema prisional. (Entrevistada 1)

(047) Eu nunca tinha tido um contato com bandido. Quando eu comecei a trabalhar no sistema prisional, o primeiro contato que eu tive com bandido foi esse. [...] Em saber que ele sente prazer em roubar, em saber que ele sente prazer em matar, é prazeroso pra uns bandidos, isso é prazeroso. Então, eu tive esse conflito. Eu tive esse conflito contra os meus princípios [...] tanto familiar como os meus princípios cristãos. (Entrevistada 1)

(048) [...] (no) sistema prisional [...] é você não se deixar levar pelo crime que a pessoa fez, você ser imparcial, você largar de ser o pai, você largar de ser [...] o cidadão, então a gente não se envolve com o crime. (Entrevistado 12)

No que tange às relações de poder existentes na organização analisada, parece haver certa subordinação, no que se refere ao relacionamento entre superiores e subordinados (049), subordinados e subordinadas (050), bem como entre agentes e presidiários(as) (051).

(049) [...] os Falcão, por mandar, a gente tem que obedecer né, eles e o diretor falou alguma coisa, a gente obedece. (Entrevistada 2)

(050) [...] dependendo da ocasião ali você [...] tem sua autonomia né. Mas dependendo [...] o que é, aí você já tem que perguntar pro seu coordenador né, se pode. (Entrevistada 3)

(051) Tenho (autonomia) [...] na cela né, com as presas. [...] no dia da visita, toda hora tô dando ordem, "presa, faz isso", na cela mesmo, com as visitas também, "oh, é assim, assim e assim", "entra isso, isso e isso" e "isso aqui não entra", dessa forma. (Entrevistada 2)

Por sua vez, essa forma de subordinação parece sofrer impactos em situações específicas, como princípios de rebelião e de fuga, em que as decisões geralmente são tomadas de maneira mais instantânea pelos agentes penitenciários.

(052) Na hora de rebelião, de “motim” [...] a forma de agir no momento, ser mais rápido, mais ágil, pegar um armamento, [...] então tem que ser bem... mais rápido né, porque a gente tem que sair correndo, tem que ligar, a gente liga também pro 190, Corpo de Bombeiros, então tem que ser rápido. Você não deve ficar esperando seu coordenador chegar e “faça isso”, não, você tem que correr e fazer, e deixar organizado. (Entrevistada 5)

Pode-se inferir, neste ponto, que as relações de poder existentes na organização, mesmo resultantes de uma hierarquia já estabelecida, contribuem para a geração de conflitos internos entre os agentes penitenciários, femininos e masculinos, como no que diz respeito à concepção de disputas de liderança entre eles (053) e (054). Por sua vez, pôde ser constatado no decorrer das entrevistas que, em grande parte, as menções de disputa por liderança acontecem na relação entre o público de agentes penitenciários femininos (fragmentos (055), (056) e (057)).

(053) [...] infelizmente acontece. [...] sempre tem as pessoas que destacam mais, e isso causa [...] não sei se inveja é a palavra certa, mas gera esse desconforto. (Entrevistada 6)

(054) Existe, infelizmente sim. Alguns não aceitam [...] o porquê: “ah, por que o fulano tá tanto tempo na liderança e eu não tenho uma chance?”. Mas a pessoa não olha pra dentro dele “o quê que eu tô fazendo pra poder conseguir ser líder?”, isso existe... e muito. [...] tá entre o famoso ego da pessoa mesmo. (Entrevistado 12)

(055) [...] fora os dois Facões, as meninas quer mandar na gente. Eles dão a ordem e as meninas não quer cumprir: “Não, não é desse jeito!”. Não quer cumprir, não é assim, tem que cumprir. E os outros meninos também querendo mandar um no outro. (Entrevistada 2)

(056) [...] às vezes [...] uma [...] quer [...] mandar um pouquinho mais do que a outra, acontece, acontece muito. É igual eu te falei, é a parte da equipe que [...] a gente sempre tem que tá trabalhando, porque é muito difícil. (Entrevistada 5)

(057) Olha, é até ruim eu falar isso pra você, não posso falar que eu seja machista, mas mulheres, aonde tem um local que tem [...] independente das funções, uma quer sobressair sobre a outra. Uma quer tomar a frente de um jeito diferente. (Entrevistado 7)

É interessante destacar que a “caneta” parece demonstrar uma representação da posição de poder na execução da atividade. Compreende-se aqui que muitos agentes definiram a caneta como sendo a principal arma e equipamento que eles possuem no exercício da profissão, conforme relatado nos fragmentos (058), (059) e (060).

(058) [...] a principal arma de um agente penitenciário é a caneta, né, [...] Você põe um fato que aconteceu no papel ali e vai pro juiz, e é onde regride ele (o preso). E eles têm medo da caneta. (Entrevistada 3)

(059) (A caneta) É porque a partir do momento que você comunica um preso, você averte ele por escrito, aquilo ali passa a contar na pena dele, ele vai ser punido ali junto ao presídio, então ele vai ter uns benefícios [...] cessados ali através daquele comunicado, então ele teme mais a caneta do agente penitenciário do que às vezes você bater de frente com ele. (Entrevistado 11)

(060) Hoje a arma que eu falo, o principal do sistema prisional, chama-se caneta, que é o que o preso tem medo [...] Porque [...] o preso, ele é subordinado [...] a alguns regimes dentro do sistema prisional. E [...] o termo que a gente fala, a “canetada”, [...] se ele me xingou [...] eu vou relatar e passo ao diretor, então ele (o preso) passa a ser punido. (Entrevistado 12)

Some-se a isso que a "caneta", além de estar presente na menção das relações de poder, também se mostra evidente enquanto estratégia de resistência dos agentes penitenciários na profissão. Por outro lado, aparentemente, outras dimensões fazem-se presentes como estratégias de resistência: a dimensão da família (061) e a dimensão da religião (062).

(061) [...] A minha família que é a base forte, que me ajuda a tá ali, a "segurar as pontas" com aquilo ali, são meu marido e meus dois filhos. (Entrevistada 4)

(062) [...] no dia da rebelião, eu não fiquei preocupada, eu não fiquei agitada, eu não fiquei com medo, por quê? Eu sabia que Deus tava cuidando, não só de mim, como da vida dos meus colegas também. Ficaram dois de reféns [...] então eu sabia que Deus tava cuidando. Em nenhum momento eu falei "Meu Deus, e agora, será que eles vão morrer?" Eu sabia que eles não iam morrer, eu sabia que Deus tava olhando. (Entrevistada 1)

Quando questionadas sobre a possibilidade de conservar a vaidade no ambiente organizacional, os relatos dos agentes penitenciários femininos apontaram que é admissível manter a vaidade no ambiente de trabalho, contanto que sejam respeitadas algumas privações impostas a elas pela organização, inclusive por medidas de segurança para as próprias agentes, conforme exposto nos fragmentos (063), (064) e (065).

(063) [...] pode usar um brinquinho pequeno, desde que não seja de argola, porque se acontecer alguma coisa, não tem como puxar, então pode usar brinco pequeno [...] por parte da direção, sempre pede pra gente evitar usar corrente, pulseira; mais é uma aliança mesmo, um relógio, essas coisas assim [...]. Pode ter a vaidade, mas ao mesmo tempo não pode. Tem algumas privações. (Entrevistada 1)

(064) [...] pode usar batom, pode usar maquiagem, mas sem nada muito chamativo né, [...] mas pode tá usando [...] uma maquiagem leve. (Entrevistada 3)

(065) [...] tem umas regras que é até por medidas de segurança. Nós não podemos usar [...] brinco grande, tem que ser brinco pequeno; anel, pulseira, essas coisas nós não podemos usar. Sempre de coque, se possível com a redinha. Agora quanto a batom, lápis, essas coisas, é tudo de boa, ninguém [...] restringe [...] Quem gosta, usa. Então... quem gosta, usa; quem não gosta... não usa. (Entrevistada 6)

De acordo com os relatos dos agentes penitenciários do sexo feminino, no tocante à possibilidade de existência de discriminação no ambiente de trabalho, parece haver uma disparidade nos relatos evidenciados por elas. Enquanto algumas agentes femininas expõem a existência de tal realidade - (066), (067) e (068) -, outros relatos parecem contrapor tais afirmativas - (069) e (070).

(066) Tem (discriminação), eu acho que tem na parte de um ou outro tem, eles acham [...] que é só eles que dão conta, [...] acham que na hora do "vamos ver" [...] que a gente não dá conta, não sei por quê [...] tem gente ali que acha que só eles (homens) sabem, mulher não dá conta de nada. (Entrevistada 2)

(067) [...] Tem um ou outro que acha que a gente não sabe mexer com arma, [...] se eu tô num posto e se acontecer alguma coisa, eles acham que eu não vou dar conta de lidar com a situação. Eu fico magoada, eu acho ruim, porque não é assim. (Entrevistada 2)

(068) [...] o homem, como lembra de mãe, irmã né, esposa, namorada... [...] igual eu te falei, rebelião, motim, então eles ficam um pouco apreensivos conosco. Com medo,

talvez, da gente ser pega [...] ou talvez deles [...] judiarem, ou [...] naquele momento não conseguir evitar alguma coisa, [...] com armamento [...]. (Entrevistada 5)

(069) [...] pelo menos ali [...] somos muito unidos. Não tem essa [...] diferença “ah, ela é mulher [...]”, porque são funções diferentes ali dentro, né. Não tem como eles fazer o nosso e nem a gente fazer o deles. (Entrevistada 3)

(070) Pra mim, o que eles demonstram pra mim, eles me enxergam uma pessoa forte, determinada, e capaz de dar conta daquilo que tá ali, no dia a dia [...] Inclusive lá eles tratam a gente como se fosse [...] homem também. Pra eles a gente é capaz de fazer tudo que eles fazem. (Entrevistada 4)

Por sua vez, quando questionadas acerca da possibilidade de existência de preconceito com a mulher que atua na profissão de agente de segurança penitenciário, há certa conformidade nos relatos apresentados pelas agentes femininas, sendo destacada a provável discriminação vivenciada por estas mulheres ao expor à sociedade sua inclusão na profissão, conforme pode ser observado nos trechos (071), (072), (073) e (074).

(071) Eu acho que ainda tem um pouco de preconceito. Igual, tem colega minha que dirige uma viatura. Eles falam: “Oh, uma mulher dirigindo viatura, com preso dentro, isso é pra homem.” Uma 12, uma calibre 12, que é uma arma longa, de cano longo, eles veem isso e falam “nossa, você dá conta?”, acha que mulher não dá conta [...] Eu acho que ainda tem (preconceito) em relação à mulher, um pouco de receio em relação a isso. (Entrevistada 1)

(072) [...] (Discriminação) eu senti de dois primos meus, acho que eles pensou que eu não ia dar conta, que eu não ia ficar tanto tempo, agora já tem cinco anos, eles não achou que eu ia ficar lá um mês, que eu não ia dar conta. (Entrevistada 2)

(073) [...] assim que a gente iniciou “nossa, você não tem medo não?”, “cê não tem medo dos presos não?”, até hoje tem perguntas assim pra mim... “cê tem coragem? É perigoso!”, e não é assim. (Entrevistada 3)

(074) As pessoas de fora, quando sabe que você trabalha no presídio [...] eles já parte pra segurança “nossa, você tem coragem? Você não tem medo? Nossa, é muito violento!”, [...] quando a pessoa não trabalha, não vê como é o dia a dia, então pensa muito em violência [...] já vê que, parece que um meio de maldade, meio de [...] grosseria, meio que é [...] pesado [...] e às vezes não é tão assim. (Entrevistada 5)

Transpondo a realidade da discriminação vivenciada pelos agentes penitenciários do sexo feminino, os relatos apresentados no decorrer das entrevistas também concorrem para a existência de situações que destacam a ocorrência de assédio sexual. Nota-se que tal realidade parece ocorrer, principalmente, no momento da inserção da mulher neste espaço de trabalho, conforme relatado nos fragmentos (075), (76) e (077).

(075) Teve um caso uma vez que aconteceu, que nós agentes femininas passávamos pelo corredor dos presos pra ir na cela feminina. [...] E nós temos um agente que ela [...] vamos dizer, tem um corpo muito bonito, e quando ela passou acompanhada de um agente masculino, um preso da cela mexeu com ela, e não pode, é proibido. (Entrevistada 6)

(076) Às vezes no começo, [...] houve [...] certa falta de respeito dos presidiários com as agentes, às vezes chegou a... não falar propriamente, mas tipo, umas brincadeiras, e foram punidos por isso. (Entrevistado 10)

(077) De assédio [...] sim, inclusive já até comuniquei preso de [...] usar o termo tipo “gostosa”, ou assoviar, [...] Isso em outras épocas, quando era obrigado a passar dentro do bloco masculino. Hoje já [...] separou. (Entrevistado 12)

Ainda neste ponto, é possível concluir, a partir dos relatos apresentados pelos agentes, que tal realidade tem passado por grandes transformações. Tal justificativa estaria relacionada, além da mudança estrutural da organização, ao entendimento dos presidiários quanto ao papel da mulher inserida naquele ambiente de trabalho. Tais apontamentos podem ser visualizados nos trechos (078), (079) e (080).

(078) [...] É tratada como "Dona agente", "Senhora agente". Nunca pelo "você" [...] Sempre tem uma "senhora" antes, um [...] "com licença", "por favor", "obrigado". [...] é hábito eles terem esse tipo de educação. (Entrevistada 1)

(079) Aí que está, as agentes femininas, elas trabalham diretamente com as mulheres. No entanto, quando tem presos que estão trabalhando no mesmo ambiente, eles respeitam muito, [...] tanto é que quando tá passando um agente feminino, eles viram de frente para a parede e põem as mãos para trás, para não ter um contato direto com os olhos, [...] eles respeitam absurdamente, mais do que a gente. (Entrevistado 8)

(080) [...] hoje há, tem mais respeito [...] porque ela (agente feminina) se deparou, principalmente, com os parentes dessas pessoas que estão lá dentro, principalmente mãe para contato de visita, cadastro, então hoje tem um respeito por essas agentes. (Entrevistado 10)

Ao serem abordadas sobre a dimensão do "medo" na profissão, as entrevistas revelaram que a maioria, de alguma forma, sente "medo" no decorrer de suas atividades no sistema prisional.

(081) [...] e todo dia você tem medo ali. Às vezes, dependendo até um barulho duma grade ali e o jeito que bate ela ali, você tem medo... você não sabe o quê que tá acontecendo, se é um guarda que tá fechando ou se é um preso que tá tentando [...] arrebentar ela. (Entrevistada 3)

Ainda neste ponto, os relatos mostram que o medo, muitas vezes, ultrapassa os limites do sistema prisional, chegando, inclusive, nos domínios familiar e pessoal. Tal realidade pode ser observada nos apontamentos apresentados nos trechos (082) e (083).

(082) [...] Hoje não é qualquer lugar que eu vou, que eu frequento, eu tenho medo, não vou. [...] eles (no sistema prisional) falam muito ali né, "cuidado com o lugar que vocês frequentam" [...] "cuidado, porque talvez não tem nada contra você, mas pra se vingar de outros (agentes) aqui dentro [...], pode fazer mal a você e a sua família". (Entrevistada 2)

(083) Tanto em casa, como no trabalho [...] a forma de agir, [...] de pensar, ter mais cuidado com certas pessoas [...] você fica mais... receosa, [...] você quer segurança pros filhos [...] ainda entra um pouco na vida deles, porque a gente precisa ter cuidado, ver com quem tá andando, o quê que tá acontecendo [...] querendo mais segurança [...] a (vida social) da filha teve bastante mudança, ela sentiu bastante. [...] Certos lugares, [...] os amigos, não podia ficar saindo, [...] aí adolescente, cê já viu, né "Ai mãe, não quero ser filha de agente penitenciário não, é ruim, não pode fazer nada, não posso ir a lugar nenhum". (Entrevistada 5)

Questionados quanto ao nível de *stress* vivenciado no dia a dia da profissão, foi possível identificar prováveis causas para tal ocorrência. De acordo com os relatos, essa realidade deve estar associada, inicialmente, ao acúmulo de funções designadas ao agente penitenciário, conforme demonstrado nos fragmentos (084), (085) e (086). Além

disso, outro fator que parece justificar tal realidade estaria relacionado à própria natureza do ambiente de trabalho, o qual comporta indivíduos classificados pela maioria da sociedade como indivíduos “maldosos, perigosos e agressivos”.

(084) [...] a dificuldade hoje maior é só o material humano, falta do efetivo pra exercer [...] o trabalho. (Entrevistado 7)

(085) [...] só com relação ao (número de agente) efetivo que é menor, o acúmulo de funções gera um pouco de *stress*. (Entrevistado 8)

(086) É, tem assim, o nível de *stress* [...] é grande. A gente trabalha com um nível de *stress* muito elevado. Agressividade [...] se você não tem uma religião, se você não tem Deus, você desperta isso em você, seu lado agressivo, seu lado mal. Então, a gente tem que tá sempre buscando o lado do bem, por mais que a gente trabalhe com pessoas ruins, pessoas más, tem pessoas que querem mudar, mas 90% não quer. 90% ama. Eles falam que é a profissão deles, aquilo ali né. Então, isso afeta a vida da gente sim. (Entrevistada 1)

Quanto à divisão das tarefas no espaço da casa, aparentemente, parece que o trabalho doméstico é realizado de forma conjunta pelos membros da família, conforme exposto no fragmento (087).

(087) [...] meu marido ajuda, meus filhos ajudam, e a gente divide as tarefas de casa. (Entrevistada 4)

Entretanto, convém destacar que em alguns casos a multiplicidade das tarefas do lar é destinada, quase sempre, à realização por parte da mulher, no caso, a agente penitenciário feminino. Acrescenta-se, ainda, que a sucessão no “papal” da mulher do lar parece acontecer, principalmente, na designação das tarefas da casa para a filha. Tal realidade nos induz a entender que, por mais que ocorram mudanças no papel da mulher, seja no âmbito organizacional, seja na esfera da estrutura familiar, as tarefas corriqueiras do lar sempre estarão associadas a ela (fragmento 088).

(088) [...] Tenho ajuda da filha, o marido algumas coisinhas, é... ajuda (risos), mas é mais a minha filha mesmo que me ajuda. Ajuda a deixar as coisas organizadas, [...] com a menina pequena [...] ela me ajuda também. (Entrevistada 5)

Em relação ao aporte da renda salarial no âmbito familiar, foi possível identificar, nos argumentos dos agentes penitenciários do sexo feminino, que a contribuição da renda obtida por elas parece estar relacionada diretamente ao próprio sustento da família. É possível inferir, ainda, neste ponto, que o “sustento familiar” parece ser um fator decisivo na permanência de uma das agentes femininas nesta profissão, conforme relatado no trecho (089).

(089) Na primeira semana eu tive muito medo, muito mesmo! Eu chegava em casa, chorava, chorava, falava que eu não ia dar conta, que eu não ia conseguir. Aí depois eu pensava, eu tava desempregada, e aquilo ali era uma forma d’eu sustentar minha família. Eu falei, eu tenho que ter coragem e vou, e passei por cima do medo e fui. (Entrevistada 4)

A partir dos fragmentos, é possível compreender que os agentes penitenciários masculinos e femininos relatam a existência de mudanças ocorridas no âmbito organizacional e no âmbito familiar quanto à participação e ao perfil da mulher (fragmentos (090), (091), (092), (093) e (094)).

(090) [...] Porque antes pensava que mulher não podia fazer nada, né, sempre “ah, é mulher, então... é delicada, é tudo, é isso”. [...] (Entrevistada 3)

(091) A mulher era vista [...] como uma pessoa mais frágil né, não tinha capacidade de fazer as coisas, e hoje não. Antes, uma mulher não fazia esse serviço que a gente faz hoje. Era só pros homens. Havia uma discriminação em relação à mulher. Os homens achavam que as mulheres não eram capazes. (Entrevistada 4)

(092) A mulher era vista [...] esposa, dona de casa, então ela [...] cuidava da família, [...] do marido e da casa. Ela não poderia estudar, ela não poderia trabalhar fora, não poderia votar, não poderia fazer nada. (Entrevistada 5)

(093) Antes, a mulher era criada pra ser a mãe, a esposa, a dona de casa, de fato... a Amélia, como ela era tratada antigamente. [...] (Entrevistada 6)

(094) Vou usar um termo aqui [...] a “parideira”, [...] servia pra produção [...] pra produzir... e cuidar do marido em casa. (Entrevistado 12)

O que parece ocorrer, atualmente, é que, além de assumir considerável participação no mercado de trabalho, essa mudança no perfil da mulher desencadeia uma inversão de papéis, no que se refere à realização das tarefas do lar. Nesse sentido, nota-se, que essa inversão faz-se presente, uma vez que o próprio sustento do lar passa a ser de responsabilidade da mulher. Tais apontamentos podem ser visualizados nos fragmentos (095), (096), (097) e (098).

(095) Ah, hoje eu acho que ela é vista igual ao homem. Hoje ela compete com eles, no dia a dia, de forma igual. (Entrevistada 4)

(096) E a gente nota o seguinte, [...] que os homens vai pra dentro de casa né, quando a mulher [...] sai, o homem também vai pra dentro de casa. Que aí ele vai ajudar a olhar os filhos também, [...] arrumar a casa, arrumar as coisas que a mulher naquele momento não tem como ficar fazendo. Então teve uma troca né, tanto a mulher ela vai pro serviço masculino, quanto os homens tão indo pro serviço feminino [...]. (Entrevistada 5)

(097) Hoje a mulher [...] acho que ela faz até mais coisas do que os homens. Porque ela desdobra, ela se desdobra. Ela é dona de casa, ela é mãe, ela é esposa. Ao mesmo tempo, ela tem que sair de casa pra trabalhar, pra ajudar o marido [...] a trazer o sustento pra dentro de casa. Isso quando ela não tem que gerir o sustento da sua família sozinha, porque tem os casos que, ou ela é mãe solteira, ou ela tem um companheiro que não gosta de trabalhar, que não ajuda, e ela tem que [...] fazer sozinha. (Entrevistada 6)

(098) [...] hoje [...] elas dividem as tarefas, dividem as despesas né, do lar, [...] com os homens. É provedora hoje, [...] ficou independente, a maioria está se tornando independente, e isso é muito bom para os dois, né. (Entrevistado 10)

Apesar dessa dimensão positiva alusiva à participação da mulher no mercado de trabalho, no decorrer das entrevistas, as mulheres parecem reconhecer que, embora tenham ocorrido diversas mudanças em seu papel, ainda é possível encontrar disparidades no que diz respeito a oportunidades. Assim posto, os relatos parecem

retratar a evolução da mulher, como uma dimensão conquistada por “etapas”, a qual ainda se faz presente nos dias atuais, conforme exposto nos trechos (099) e (100).

(099) [...] A gente já evoluiu, mas eu acho que tem que evoluir mais, tanto é que, por exemplo, nós vamos ter um concurso agora, que são 300 vagas masculinas, 19 femininas. [...] Então assim, tá um pouco defasado ainda, sabe. Eu acho que pode melhorar mais. (Entrevistada 1)

(100) [...] hoje em dia elas (as mulheres) estão em todos os lugares né, [...] caminhoneiras [...] marceneiras, [...] advogadas, juízas [...] tudo. Então elas estão entrando no meio, elas querem trabalhar. [...] A mulher todo dia tá pulando uma etapa. E é interessante, [...], isso é bom pra nós. (Entrevistada 5)

Por sua vez, quando relatam à sociedade que atuam na profissão como agente de segurança penitenciário, os agentes do sexo feminino logo deparam-se com questionamentos incoerentes quanto à sua participação na referida profissão.

(101) Eu acho que ainda tem um pouco de preconceito. Igual, tem colega minha que dirige uma viatura. Eles falam: “Oh, uma mulher dirigindo viatura, com preso dentro, isso é pra homem.” [...] uma calibre 12, que é uma arma longa, de cano longo, eles veem isso e falam “nossa, você dá conta?”, acha que mulher não dá conta [...] Eu acho que ainda tem, em relação a mulher, um pouco de receio em relação a isso. (Entrevistada 1)

(102) [...] um ou outro fala “nossa, não é perigoso não? Sai de lá, procura outra coisa.” [...] mas hoje eu gosto do que eu faço. É perigoso? É, mas todo trabalho tem seu risco. (Entrevistada 2)

(103) [...] assim que a gente iniciou “nossa, você não tem medo não?”, “cê não tem medo dos presos não?”, até hoje tem perguntas assim pra mim... “cê tem coragem? É perigoso!”, e não é assim. Porque lá a gente segue uma segurança, é tipo um ritual de trabalho [...] tem todos os meios de segurança (Entrevistada 3)

(104) As pessoas de fora, quando sabe que você trabalha no presídio [...] eles já parte pra segurança “nossa, você tem coragem? Você não tem medo? Nossa, é muito violento!”, e igual eu tô te falando, quando a pessoa não trabalha, não vê como é o dia a dia, então pensa muito em violência [...] já vê que parece que um meio de maldade, meio de [...] grosseria, meio [...] pesado [...], e às vezes não é tão assim né. (Entrevistada 5)

(105) [...] alguns estranham né, por achar que tinha que ser um serviço masculino, [...] alguns ainda estranham, infelizmente. (Entrevistado 10)

Por fim, nota-se, nos trechos acima, que os questionamentos descritos nos relatos parecem apontar a existência de certo preconceito na sociedade com as mulheres, no que tange à atuação delas nesta profissão. Tais mulheres seriam vistas, muitas vezes, com certo estranhamento, justamente por parecer tratar-se de uma profissão a ser executada “normalmente” apenas por indivíduos do sexo masculino.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo consistiu em apontar algumas das representações sociais de gênero sobre o trabalho de agentes penitenciários em um presídio localizado em uma cidade na região do Triângulo Mineiro. A análise realizada permitiu observar que, no

âmbito da referida atividade, algumas problemáticas vinculadas às questões de gênero fazem-se presentes. Nota-se, claramente, a mulher vista como um "sexo frágil" dentro do presídio, tanto por superiores como por colegas de trabalho, detentos(as) e pela sociedade de um modo geral. Assim, atividades que exigiriam maior força física e teriam maior risco seriam destinadas a agentes do sexo masculino, enquanto as atividades que demandam certa "delicadeza" e "sensibilidade" seriam de responsabilidade das agentes do sexo feminino, revelando contornos de uma divisão sexual do trabalho (incorporada na prática dos(as) agentes). Nesse sentido, parece haver, ainda, certa discriminação com a mulher que atua neste espaço de trabalho (embora tenham ocorrido grandes transformações em seu papel ao longo do tempo, incluindo aí o próprio espaço organizacional do presídio).

Além disso, foi possível constatar um processo, muitas vezes velado e subjetivo, de "masculinização" das mulheres agentes penitenciárias. Esse processo pode ser observado desde situações como a já mencionada divisão sexual do trabalho, como o relacionamento com superiores, colegas de trabalho e amigos/familiares, até na vestimenta e na forma de comportamento no ambiente prisional. Esse fato, que encontra respaldo inclusive em outras pesquisas que exploraram o contexto militar/prisional, reflete em outra representação social do trabalho feminino enquanto agente penitenciária, na medida em que influi sobre a forma como outros indivíduos interpretam a sua atividade laboral e como as próprias mulheres se visualizam enquanto trabalhadoras, resignificando suas ações tanto do ponto de vista profissional como do ponto de vista individual/familiar.

Por fim, a profissão do agente de segurança penitenciário mostrou-se entendida, muitas vezes, de forma errônea pela sociedade. Por sua vez, ficou explícita nos relatos uma representação social de estranhamento e de não reconhecimento e valorização do papel da mulher enquanto agente penitenciária no sistema prisional. Sendo assim, conclui-se que a mulher que atua na referida profissão ainda se depara com disparidades acentuadas quanto ao seu papel, tanto no âmbito organizacional quanto perante a sociedade. Nesse sentido, sugere-se a realização de estudos futuros para um melhor entendimento das relações de gênero, especificamente no contexto militar/prisional e, genericamente, em outros espaços organizacionais, a fim de servir como comparativo para o aprofundamento da temática e conseqüente geração de conhecimento sobre essa realidade particular.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M.; SOIHET, R. **Ensino e história: conceitos, temáticas e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. 247 p.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 158 p.
- BRASIL. Censo 2010: mulheres são mais instruídas que homens e ampliam nível de ocupação. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2012a. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2296&busca=&t=censo-2010-mulheres-sao-mais-instruidas-que-homens-ampliam-nivel-ocupacao>>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- BRASIL. Pesquisa mensal de emprego. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2012b. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp\\_2012.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2013.
- CABRAL, S. Sobre a participação privada na gestão e operações de prisões no Brasil: uma análise à luz da Nova Economia Institucional. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 14, n. 40, p. 29-47, jan./mar. 2007.
- CABRAL, S.; ARAÚJO, U. P. O sistema prisional visto como um *nexus* de instituições e organizações institucionalizadas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 103-115, abr./jun. 2010.
- CABRAL, S.; LAZZARINI, S. G. Impactos da participação privada no sistema prisional: evidências a partir da terceirização de prisões no Paraná. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 395-413, maio/jun. 2010.
- CALAZANS, M. E. de. **Polícia e gênero: mulheres na polícia ostensiva**. Observatório de Segurança Pública – Boas Práticas no Estado de São Paulo. [s.d.]. Disponível em: <<http://observatoriodeseguranca.org/node/761>>. Acesso em: 7 nov. 2017.
- CAMPOS, M.; SARAIVA, L. A. S. O trabalho, suas representações e sentidos: da demissão à reconstrução de trabalhadores. **Economia & Gestão**, v. 14, n. 36, p. 31-56, 2014.
- CAPPELLE, M. C. A. et al. Representações das relações de gênero no espaço organizacional público. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 253-275, mar./abr. 2002.
- CAPPELLE, M. C. A.; CRAMER, L.; PAULA NETO, A. de. Relações de gênero na polícia: a construção das representações sociais do masculino e do feminino em uma organização militar. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2001.
- CAVEDON, N. R. As representações sociais circulantes no período de margem do ritual de passagem: o caso dos peritos criminais em estágio probatório. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 66-96, mar./abr. 2014.

- COLARES, A. F. V.; SARAIVA, L. A. S. Representações sociais da cultura em Belo Horizonte. **Gestão & Conexões**, Vitória, v. 5, n. 1, p. 19-37, jan./jun. 2016.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 762 p.
- COSTA, C. **A imagem da mulher: um estudo de arte brasileira**. São Paulo: Senac, 2002. 199 p.
- CRAMER, L. et al. Representações femininas da ação empreendedora: uma análise da trajetória das mulheres no mundo dos negócios. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 53-71, 2012.
- DIAS, L. de O.; ROSA, F. S. Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira. **Revista Ártemis**, v. 18, n. 1, p. 160-171, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/22543/12535>>. Acesso em: 07 nov. 2017.
- DINIZ, A. P. R.; CARRIERI, A. de P.; BARROS, A. N. de. Invisibilidade social e trabalho noturno: reflexões a partir de representações sociais de garçons. **Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 18-38, jan./abr. 2013.
- ECCEL, C. S.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. de P. Masculinidade, autoimagem e preconceito em representações sociais de homossexuais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-15, jan./mar. 2015.
- ENOQUE, A. G.; BORGES, A. F.; BORGES, J. F. Configurações do empreendedorismo religioso: um estudo na cidade de Ituiutaba-Minas Gerais. **Releituras da cidade: memória, história e identidade**, v. 1, p. 59-71, 2014.
- ENOQUE, A. G.; BORGES, A. F.; BORGES, J. F. "Além do que se vê...": análise do conceito weberiano de vocação à luz da dinâmica do empreendedorismo religioso. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 75, p. 505-520, out./dez. 2015.
- FARIA, M. D. de; CASOTTI, L. M. Representações e estereótipos das pessoas com deficiência como consumidoras: o drama dos personagens com deficiência em telenovelas brasileiras. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 21, n. 70, p. 387-404, jul./set. 2014.
- FIGUEIREDO, M.; CAVEDON, N.; SILVA, A. A Desvalorização de Grupos Sociais no Espaço Comum de Pequenas Organizações: um estudo sobre representações sociais em um centro comercial. **Organizações & sociedade**, v. 20, n. 64, 2013.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2007. 79 p.
- FREITAS, M. E. de. **Cultura organizacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. 178 p.
- FREITAS, M. R.; OLIVEIRA, C. R. Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada! As representações sociais do mercado municipal de Uberlândia. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 7, n. 1, p. 137-157, jan./jun. 2017.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. Tradução de Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 598 p.
- LESCURA, C. et al. Representações sociais sobre as relações de parentesco: estudo de caso em um grupo empresarial familiar. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 1, p. 98-117, jan./fev. 2012.

LIMA, S. R.; CRUZ, M. H. S. Representações de gênero no trabalho: um estudo no COE - Comando de Operações Especiais da PM/SE. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/14/181>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 314 p.

MARTINS, R. M. et al. Celebridade, empreendedora e estética: representações das feminidades na revista Exame. **Revista de Administração Imed**, Passo Fundo, v. 7, n. 1, p. 70-92, jan./jun. 2017.

MARTINS-SILVA, P. O. et al. Teoria das representações sociais nos estudos organizacionais no Brasil: análise bibliométrica de 2001 a 2014. **Cadernos Ebape.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 891-919, out./dez. 2016.

MELO, M. C. O. L. et al. Representações femininas na mídia de negócios brasileira. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, n. 31, p. 103-118, set./dez. 2004.

MINAS GERAIS (Estado). Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. **Edital CBMMG n. 12/2012, de 20 de dezembro de 2012**. Disponível em: <<http://www.bombeiros.mg.gov.br/images/stories/diretoriaensino/editalcfsdesp2014.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MINAS GERAIS (Estado). Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. **Edital CBMMG n. 18/2013, de 18 de novembro de 2013**. 2013a. Disponível em: <[http://www.bombeiros.mg.gov.br/images/stories/drh/SRS/CFO\\_2014/Edital/edital%20cfo%20bm%202014.pdf](http://www.bombeiros.mg.gov.br/images/stories/drh/SRS/CFO_2014/Edital/edital%20cfo%20bm%202014.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MINAS GERAIS (Estado). Polícia Militar de Minas Gerais. **Edital DRH/CRS nº 05/2014, de 30 de maio de 2014**. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/sites/concurso/300520141628337690.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Defesa Social. **Edital SEPLAG/SEDS nº. 08/2013 de 06 de dezembro de 2013**. Governo do Estado de Minas Gerais. 2013b. Disponível em: <[https://www.seds.mg.gov.br/images/seds\\_docs/Concurso/edital%20seplag-seds%20n%BA%2008-13%20-%20agente%20penitenciario.pdf](https://www.seds.mg.gov.br/images/seds_docs/Concurso/edital%20seplag-seds%20n%BA%2008-13%20-%20agente%20penitenciario.pdf)>. Acesso em: 20/06/2014.

MOLINIER, P. O **trabalho e a psique: uma introdução à psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2013. 334 p.

MONTEIRO, R.; AGOSTINHO, L.; DANIEL, F. Um diagnóstico da desigualdade de gênero num município em Portugal: estruturas e representações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 423-446, mar./abr. 2015.

MORAES, T. A. de; ABREU, N. R. de. Tribos de consumo: representações sociais em uma comunidade virtual de marca. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 24, n. 81, p. 325-342, abr./jun. 2017.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 404 p.

PESSÔA, L. A. G. de P.; BARROS, D. F.; COSTA, A. de S. M. da. Representações da relação homem-carro: uma análise semiótica da propaganda brasileira de seguros de automóvel. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 24, n. 80, p. 15-38, jan./mar. 2017.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. 547 p.

SÁ, C. P. de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SALLES, D. M. R.; COSTA, I. S. A. Representações do trabalho: estudo sobre confinamento na indústria petrolífera. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 3, p. 230-242, 2013.

SARAIVA, L. A. S.; SOARES, C. B. de A.; NATT, E. D. M. Representações sociais de relações de trabalho: um estudo com trabalhadores primarizados. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Niterói, v. 10, n. 1, p. 36-49, jan./mar. 2016.

SCHNEIDER, D.; SIGNORELLI, M. C.; PEREIRA, P. P. G. Mulheres da segurança pública do litoral do Paraná, Brasil: intersecções entre gênero, trabalho, violência(s) e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 22, n. 9, p. 3003-3011, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-3003.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SERRATE, H. W.; FANTINEL, L. D. Representações de espaço e sociabilidades organizacionais em dois cafés na Grande Vitória. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 81-98, out./dez. 2014.

SILVA, C. L. O.; SARAIVA, L. A. S. Lugares, discursos e subjetividades nas organizações: o caso de uma prisão. **Cadernos Ebape.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 383-401, set./nov. 2013.

SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WAIANDT, C.; DAVEL, E. Organizações, representações e sincretismo: a experiência de uma empresa familiar que enfrenta mudanças e sucessões de gestão. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 369-394, abr./jun. 2008.

WAIANDT, C.; JUNQUILHO, G. S. Representações familiares a partir da gestão: um estudo do caso de uma indústria de bebidas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 141-161, maio/ago. 2012.

---

***Lorrana Laila Silva de Almeida***

Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Uberlândia.

---

***Alessandro Gomes Enoque***

Doutor em Ciências Humanas (Sociologia e Ciência Política). Professor da Universidade Federal de Uberlândia.

---

***Alex Fernando Borges***

Doutor em Administração. Professor da Universidade federal de Uberlândia.